

Negociação começa em abril

O Governo vai negociar com os governadores e secretários estaduais da Fazenda, a partir de abril, as novas regras para o refinanciamento da dívida mobiliária dos estados e municípios que, a valores de abril, chega a 10,5 bilhões de dólares. O Banco Central iniciará as negociações com os secretários estaduais da Fazenda três meses depois que o Congresso aprovar o projeto de rolagem da dívida contratual dos estados e municípios com a União, no valor de 18,4 bilhões de dólares. O presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, admitiu, no fim de semana, a hipótese de o Governo trocar papéis do BC por títulos estaduais para facilitar o refinanciamento dos papéis emitidos pelos estados.

O objetivo do Governo é cumprir uma das diretrizes do Programa Econômico de Curto Prazo, de acabar com os passivos do setor público. "Sem colocar em ordem as dívidas dos estados e municípios com a União jamais haverá estabilidade econômica", argumentou o secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal. O total da dívida dos estados e municípios com a União é de 49 bilhões de dólares (a preços de abril de 1991), mas a rolagem, por enquanto, incidirá sobre as dívidas contratual (a instituições financeiras federais, entre elas

Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) e mobiliária.

Devedores — O projeto sobre a rolagem da dívida contratual foi aprovado por consenso no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne os secretários estaduais de Fazenda. O estado que mais deve à União é São Paulo, com 3,8 bilhões de dólares (posição de abril de 1992). Depois, vem Bahia, com 1,8 bilhão de dólares, Minas Gerais, com 1,4 bilhão de dólares, Rio de Janeiro, com 1,1 bilhão de dólares e Rio Grande do Sul, com 1 bilhão.

Além das dívidas contratual e mobiliária, os estados e municípios têm débitos externos com a União no valor de 10,7 bilhões de dólares, mais dívidas atrasadas de 9 bilhões de dólares e 287 milhões de dólares de antecipações da receita orçamentária. A dívida dos estados e municípios com o setor elétrico federal também será negociada através de um projeto de lei que será enviado ao Congresso. Somando todas as dívidas, menos as do setor elétrico, o Estado de São Paulo lidera o **ranking** de devedores com 13,5 bilhões de dólares, seguido por Rio de Janeiro, com 5,7 bilhões de dólares, Minas Gerais, com 5,5 bilhões de dólares, Rio Grande do Sul, com 3,7 bilhões de dólares, e Bahia com 3,1 bilhões de dólares.